

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2025
(Processo SEI nº 2025.0009.000001015-0)

OBJETO: seleção da melhor proposta e consequente execução das obras/serviços de implantação da nova rota de acesso ao Pórtico e ao Mirante do Cristo Redentor, no município de São Cristóvão/SE, em conformidade com o Contrato de Repasse nº 1086997-25/941588/2023/MTUR/CAIXA.

Modalidade: Concorrência na forma eletrônica.

Critério de julgamento: menor preço global.

Modo de disputa: aberto e fechado.

Regime de execução: empreitada por preço unitário.

Prazo de execução: 12 (doze) meses.

Abertura da sessão (análise das propostas, início da disputa): 20 de janeiro de 2026, às 09:30h.

Referência de tempo: para todas as referências de tempo explicitadas neste edital será observado o horário de Brasília.

Local da disputa: Portal www.licitanet.com.br

Parecer Jurídico: 1695/2025

Autorização Crafi: 22/2025

Valor Máximo do Contrato: R\$ 38.837.675,66

Recursos Orçamentários: Unidade Orçamentária: 2051. Ação: 1705. Elemento de Despesa: 449051. Fontes de Recursos: 1700.000 e 1500.000.

Informações: o edital e informações complementares encontram-se à disposição dos interessados no Portal de Compras do Município de São Cristóvão no endereço <https://compras.saocristovao.se.gov.br/portal/default.aspx>, no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP no endereço www.gov.br/pncp/pt-br, perante a Agente de Contratação, no endereço da rua Messias Prado, nº 70, São Cristóvão/SE, fone: (79) 98157- 8551 e/ou (79) 3045-4931, no horário das 8h às 14h, ou através do site da Prefeitura de São Cristóvão com o seguinte endereço eletrônico: www.saocristovao.se.gov.br ou através do site www.licitanet.com.br ou através do email: licitacaosc.obras@gmail.com.

São Cristóvão/SE, 27 de novembro de 2025.

Cristiane Soares Matos
Agente de Contratação

DECRETO Nº 888/ 2025
De 25 de novembro de 2025

Regulamenta a Lei nº 781/2025, que institui o Programa de Demissão Voluntária - PDV no âmbito do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, autarquia municipal em processo de extinção, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, Estado de Sergipe**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei nº 781/2025,

DECRETA

CAPÍTULO I
DA ADESÃO AO PROGRAMA

Art. 1º A adesão ao Programa de Demissão Voluntária - PDV será formalizada mediante requerimento do servidor, dirigido à Secretaria Municipal de Governo e Gestão, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Decreto, conforme previsto no art. 6º da Lei nº 781/2025.

Art. 2º O requerimento deverá ser preenchido em formulário próprio disponibilizado pela Secretaria Municipal de Governo e Gestão, contendo:

I. identificação do servidor;

II. declaração expressa de voluntariedade e irretratabilidade, nos termos da Lei;

III. ciência das consequências funcionais e financeiras da adesão;

IV. demais documentos e informações que venham a ser solicitados para instrução do processo.

Art. 3º O pedido de adesão será analisado pela Secretaria Municipal de Governo e Gestão, que verificará o cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 2º da Lei nº 781/2025.

CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 4º Após a validação da adesão, a Secretaria Municipal de Governo e Gestão adotará as providências necessárias para:

I. elaboração do ato de desligamento;

II. cálculo dos valores rescisórios e da indenização adicional prevista no art. 3º da Lei nº 781/2025;

III. instrução processual para pagamento no prazo legal.

Art. 5º O pagamento será realizado por depósito em conta corrente do servidor desligado, observado o prazo e as condições estabelecidas na Lei.

CAPÍTULO III
DA SITUAÇÃO DOS SERVIDORES QUE NÃO ADERIREM AO PDV

Art. 6º Os servidores efetivos do SAAE que não aderirem ao Programa de Demissão Voluntária permanecerão no quadro funcional da Prefeitura Municipal de São Cristóvão.

Art. 7º Os servidores referidos no artigo anterior ficarão provisoriamente lotados na Secretaria Municipal de Governo e Gestão, que será responsável por:

I. realizar o levantamento das necessidades dos órgãos e entidades da Administração Municipal;

II. analisar o perfil profissional e funcional de cada servidor;

III. efetuar a distribuição e realocação dos servidores nos setores da Administração Pública Municipal, exclusivamente conforme as necessidades do serviço público.

Art. 8º A distribuição dos servidores observará os princípios da eficiência, do interesse público, da economicidade e da adequação do perfil profissional às atribuições do órgão ou unidade de destino.